

MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR EM LUTA POR UM MODELO EDUCACIONAL

Leonardo Bruno da Silva
UFRRJ e UNIABEU

A prática da pesquisa histórica por vezes nos oferece mais pontos de interrogação do que respostas acabadas. Está nestas dúvidas ou divergências a importância do debate e da construção histórica que vem se desenvolvendo enormemente no Brasil.

As divergências são ainda mais comuns quando tratamos de períodos mais próximos do nosso tempo, pois, apesar de encontrarmos mais facilmente as fontes, nestes casos as paixões também são mais comuns.

Os estudos sobre o regime militar entram nesta seara, provocam tantas paixões que às vezes não percebemos a diferença do texto histórico para uma narrativa panfletária e apologética. O Movimento Estudantil, por exemplo, foi tratado e ainda é, em muitos textos, como baluarte da luta democrática pela libertação do Brasil das garras da ditadura. Duas impressões nos passam estes textos: 1º que o Movimento Estudantil já surgiu como movimento organizado para lutar contra a ditadura, logo, sua existência está condicionada a existência de uma ditadura para que se possa lutar contra; 2º que o M.E. foi o único movimento organizado a lutar contra a ditadura.

Cabe ressaltar que os historiadores não são culpados sozinhos por esta impressão sobre o M.E., livros como *1968:O ano que não terminou*¹ ou *O que isto companheiro?*², além de séries televisivas que buscam retratar a década de 1960, como *Anos Rebeldes*³, ajudaram a reforçar esta tese que caiu no senso comum. Com efeito, o Movimento Estudantil teve grande importância na luta pela democracia e ainda gerou quadros para movimentos políticos da luta armada ou para partidos e movimentos clandestinos que lutavam contra a ditadura, mas sua luta se iniciou e se manteve por seu caráter sindical, contra um projeto educacional de orientação conservadora implementado pelos militares.

Esta tese se reforça ainda mais quando observamos que o apoio dos estudantes aos seus movimentos organizados se tornava ainda mais efetivo quando os interesses estudantis estavam ameaçados ou quando o sentimento de corpo era atacado. Como exemplo destes momentos podemos citar a Lei Suplicy, o assassinato do estudante Edson Luís, a resistência à lei 5540/68, que reformava a universidade e o aumento do sentimento antiditadura a partir do ataque ao Congresso de Ibiúna.

O foco no caráter sindical do M.E. já foi proposto por outros historiadores como Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridente, que analisando fenômenos diferentes relacionados ao Movimento Estudantil trazem a tona este novo olhar sobre o objeto. Mostram um movimento limitado na sua organização e politização e que se revigoram, seja em seu caráter político ou cultural, nos momentos limites.

Afirmar que o M.E. se alimentou do seu caráter sindical não exclui a sua importância no combate a ditadura. Propomos então uma análise dialética e, portanto, mais complexa do Movimento Estudantil, para que possamos compreender o seu papel no todo, como um segmento que lutou contra a ditadura porque ela o atingia diretamente ao reformar a universidade, ou ao impedir o funcionamento das suas entidades, ou, ainda pior, ao assassinar seus membros. Logo, o M.E. se tornou grande porque a ditadura o atacou e lutou pela democracia por entender que neste regime os projetos seriam, ao menos, debatidos com a sociedade.

A proposta educacional dos militares, definida desde o início da Ditadura, colocou o M.E. em oposição direta ao regime instaurado no 1º de abril de 1964. A reforma universitária

proposta pelo governo golpista não tinha intercessões com a proposta de reforma universitária construída pelos estudantes ao longo dos primeiros quatro anos da década de 60, nos Seminários Nacionais de Reforma Universitária.⁴ Uma era romântica-revolucionária e a outra modernizante-conservadora e o choque de projetos resultou no embate violento travado no pós-golpe, do qual a Lei Suplicy fez parte.

Quando assumiram o poder em nome da “revolução”, os militares se preocuparam transformar, de acordo com suas concepções, a questão política e a econômica. Na questão política usou-se a força das armas, a hierarquização social e o consenso conservador. Para a economia havia o projeto arquitetado pelos setores que Dreifuss chamou de “multinacionais e associados”, que se relacionavam no IPÊS e no IBAD.⁵ Neste projeto econômico a educação era parte indissociável, era uma fase do processo de produção econômica, pois geraria a mão-de-obra tecnicamente qualificada e “domesticada” para atender aos meios de produção. O projeto perpassava pela reorientação pedagógica da educação brasileira, era necessário criar uma educação “empresarialista”.

... a concepção educacional dos convênios estava assentada na idéia de progresso denominada “empresarialista”, na qual, a educação superior era encarada como “parte ou parcela” do processo de desenvolvimento econômico⁶.

Os acordos MEC-USAID foram um caminho quase natural dentro da proposta educacional do Regime Militar. A reforma universitária, que outrora quiseram tanto os estudantes, seria enfim realizada, mas o traço ideológico que a orientaria era completamente diferente. Os assessores do Ministério da Educação entendiam que a realização do convênio com a USAID possibilitaria a “estruturação da universidade brasileira no sentido de uma maior participação no desenvolvimento do país” e o acordo tinha como fim “integrar a universidade na vida econômica nacional, a fim de capacitá-la a atender a demanda de mão-de-obra”.⁷

O acordo entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* sobre a reforma universitária foi assinado em julho de 65. A partir de então, houve um intenso debate nos meios acadêmicos sobre a interferência de uma agência estrangeira na educação brasileira. O debate girou em torno da possibilidade de aculturação, pois entendiam os professores e pesquisadores brasileiros, que em última instância a universidade era o pólo gerador da cultura no Brasil e que qualquer intervenção internacional nesta produção cultural, ainda mais em um momento conjuntural que havia uma disputa ideológica entre duas potências imperialistas, poderia fazer com que o país perdesse a sua identidade cultural e, por consequência, a soberania.

“É nesta perspectiva, de expansão de mercados produtores e consumidores, que o imperialismo vai colocar em execução todo um plano estratégico de dominação dos países subdesenvolvidos. Um plano que se baseia na instalação de ditaduras militares, como forma de dominação política, e na implantação da reforma universitária, para toda a América Latina, sob a orientação de uma filosofia educacional única”.⁸

A luta dos estudantes contra os acordos MEC-USAID foi por algum tempo, uma luta contra o inimigo invisível. O primeiro acordo assinado era um simples tratado de cooperação, onde técnicos americanos em conjunto com técnicos brasileiros traçariam um diagnóstico dos problemas da universidade brasileira. Por isso não tinha nada de substancial que se pudesse analisar. No entanto, os americanos vieram e fizeram sua avaliação e isso acendeu o alerta do Movimento Estudantil.

“Pelo convênio assinado recentemente entre o MEC e a USAID/Brasil, será constituída uma comissão mista, composta por cinco educadores brasileiros e cinco assessores educacionais recrutados nas Universidades americanas, que se encarregará de realizar

uma análise da profundidade do atual sistema de ensino superior brasileiro; determinar a constituição de um sistema ideal de ensino superior no Brasil”.⁹

A comissão mista responsável por analisar a universidade cumpriu seu papel e apresentou possíveis soluções. Apontaram, entre outros, como problemas da universidade brasileira a falta de dedicação exclusiva de docentes e discentes, o elevado número de estudantes nas áreas de humanidades em detrimento do baixo número de estudantes nas áreas tecnológicas, o que, segundo os técnicos, inviabilizava a indústria nacional e o progresso da economia brasileira, pois não existia “recursos humanos” suficientes para operar as inovações técnicas que chegaram ao Brasil com as companhias multinacionais. Além destas questões apontaram, ainda, como problemas o financiamento estatal das universidades..

Em linhas gerais os técnicos chegaram as mesmas conclusões que os estudantes já tinham chegado nos SNRU’s. Só que as propostas para reformar a universidade apresentadas pela comissão mista, eram diferentes das apresentadas pelo Movimento Estudantil. Os estudantes concordavam que era necessário incentivar o crescimento dos cursos tecnológicos, porém achavam que isso deveria acontecer com a ampliação de vagas e não com fechamento vagas nos cursos de humanidades, o que se confrontava com toda cultura humanista da educação brasileira desde os jesuítas. Em relação às mudanças na estrutura administrativa da universidade, o M.E. entendia que todos deveriam participar do processo de construção da linha pedagógica, ou seja, que o processo de debate para a dinâmica da universidade deveria ser horizontal e não vertical, com uns elaborando e outros executando, como propuseram os técnicos da comissão mista.

A proposta elaborada através do convênio MEC-USAID para reformar a universidade, excluía, ou no mínimo, deixava em segundo plano toda produção científica nacional e valorizava a reprodução de conhecimentos técnicos importados dos países desenvolvidos. Era o pensamento que mais tarde se registrou no Consenso de Washington, ou seja, que os países subdesenvolvidos, como tinham escassez de recursos para investir na educação deveriam priorizar o ensino fundamental. Propostas como cobrança de anuidades de estudantes e mudanças no sistema de seleção de estudantes para ingressar na universidade aumentavam os antagonismos entre a proposta do MEC-USAID e dos estudantes.

“As alterações previstas configuravam aspectos da manutenção do caráter seletivo e discriminatório do ensino, do privilégio da educação superior e dos cursos tecnológicos em detrimento dos de humanidades, dada à importância imputada ao ajuste entre planejamento educacional e o desenvolvimento econômico”.¹⁰

O teor dos acordos MEC-USAID foram por muito tempo mantidos em sigilo, que só foi quebrado quando foi divulgado o Relatório Acton, mas algumas propostas dos acordos foram implementadas de forma programada por um cronograma. A primeira medida instituída foi a cobrança de anuidades que veio acompanhada de uma forte propaganda de que o custo do universitário no Brasil era inviável.

“Quanto custa o universitário no Brasil? Entre 850 e mil dólares por ano, segundo os cálculos dos peritos, ou seja, entre Cr\$ 1 milhão e 850 mil e Cr\$ 2 milhões anuais. O que é muito para um país subdesenvolvido na opinião de técnicos do Governo. Por isso eles pretendem mudar a política, fazendo a família do estudante superior participar do custeio de seus estudos”.¹¹

O Movimento Estudantil não aceitou os argumentos dos técnicos do Governo e para rebater as argumentações governamentais, diziam que “num país subdesenvolvido, eliminar a gratuidade do ensino superior é tornar a Universidade privilégio ainda maior, fechando suas portas para às classes pobre e média”.¹² Quando o governo resolveu fazer as cobranças o M.E.

organizou uma campanha para que os estudantes não pagassem as anuidades. Houve êxito na campanha contra anuidade em alguns pontos do país, mas em outros o medo de perder o ano pelo não pagamento levou muitos estudantes a pagarem. As derrotas localizadas, no entanto, não foram encaradas como o fim do embate com o governo. O presidente à época do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, Vladimir Palmeira minimizou a derrota dizendo: “nosso caminho não será feito apenas de vitórias, mas também de derrotas parciais”.¹³

Financeiramente o valor das anuidades era insignificante para quem pagava. Representava, segundo a comparação feita por um colunista do JB, “menos que um maço de cigarros com filtros”¹⁴, mas o combate ao pagamento era uma questão de princípio para o Movimento Estudantil, que tinha como verdade que “a única concepção correta continuava a ser Universidade gratuita”.¹⁵ Os dirigentes estudantis e militantes que acompanhavam de perto a política sabiam que a estratégia do governo era aumentar ano a ano as anuidades, até que elas alcançassem metade do valor de custo de um universitário/ano.¹⁶ Por seu lado, o governo sabia que haveria resistência estudantil ao pagamento, por isso apelou para as famílias dos universitários. Dizia o governo, que era justo que elas participassem do custeio dos estudos de seus filhos e prometia que o dinheiro arrecadado seria investido na formação de jovens que não podiam pagar por seus estudos. Na maioria dos casos os familiares discordavam da militância política de seus filhos e em outros nem sabiam. Por isso era comum pais e mães irem às universidades e quitarem as anuidades, desmontando a mobilização do M.E..

Tendo sua estratégia inicial, pelo menos em alguns lugares desmontada, o Movimento Estudantil passou a mostrar com dados de orçamento como se mascaravam os gastos com educação superior, segundo os estudantes diretores do DCE da UFRJ, Antônio Noronha Filho e Pedro Meira “as verbas para educação e para o Exército, escolhidos ao acaso, variam na razão inversa”, enquanto a relação percentual do orçamento da educação nos anos de 64, 65 e 66 foram, respectivamente, 19%, 10% e 9%, para o exército foi 7%, 9% e 11%. “Numa nação que não é militarista, não tem possessões, nem compromissos bélicos”.¹⁷

Todo o processo de redução de verbas para a educação superior, cobrança de anuidades e combate à participação estudantil nas esferas decisórias da universidade fazia parte do projeto para reformulação da universidade que foi preparado a partir dos acordos MEC-USAID. Os estudantes combatiam esta política, mas só foram conhecê-la no seu todo quando foi divulgado o relatório Acton.

Rudolph Acton, era professor, “técnico em educação e representante dos interesses dos Estados Unidos nos assuntos educacionais da América Latina”.¹⁸ A ele foi encomendado, pelo Ministério da Educação, um relatório que indicasse quais alterações deveriam ser feitas para mudar a universidade brasileira e coloca-la no rumo da modernização, que pretendia o Governo. O relatório “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”, cumpriu sua meta e, respeitando a orientação da política norte-americana para educação na América Latina, sugere as mudanças necessárias para o melhor aproveitamento econômico da universidade.

O professor Acton, em seu relatório, fez uma análise liberal das possibilidades do ensino superior brasileiro e da sua relação com o desenvolvimento do país. Nesta linha de raciocínio chegou a sentenciar que “o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade é função direta do seu desenvolvimento educacional”.¹⁹

O Movimento Estudantil se punha contrário ao Relatório Acton e contra os interesses existentes por trás dele, porque a implementação das suas sugestões, representava a derrota do projeto das esquerdas para a universidade e era, ainda, o primeiro passo para a derrota definitiva para os militares e civis que gerenciavam o Governo ditatorial. Somos da opinião que o argumento de proteção da cultura nacional, utilizado pelos estudantes, associado à pretensão de se realizar uma reforma universitária sem o diálogo com os universitários, que se sentiram excluídos de uma luta que era deles desde o início da década de 60, fez aumentar a

legitimidade da UNE, então na ilegalidade, e o seu poder de mobilização, reforçando a tese de que o M.E. se nutria do seu caráter sindical para desenvolver sua luta contra a ditadura.

É imperativo observar que o Movimento Estudantil fazia suas contestações ao relatório Acton sustentado pelos estudos que fizeram sobre a universidade nos diversos Seminários Nacionais sobre a Reforma Universitária. Além disso, havia o importante papel que as universidades teriam, como produtora da cultura libertadora, no projeto romântico-revolucionário de parte das esquerdas brasileira.

Do ponto de vista do M.E. havia três pontos de propostas do relatório que deveriam ser suprimidos, para que houvesse a possibilidade de conversa sobre as demais proposições feitas pelo professor Acton. Eles não abriam mão da manutenção da universidade como pública, queriam influenciar no processo da reforma universitária com propostas, participando dos órgãos colegiados das instituições e, por fim, exigiam a gratuidade do ensino nas mesmas.

Em relação a estes pontos o relatório dizia:

“(...)

3. A Universidade: A Universidade brasileira deve consolidar sua autonomia e adquirir em grau maior de independência real. O melhor sistema legal para alcançar este grau de liberdade é a transformação da universidade estatal em uma fundação privada.

(...)

7. A Reforma Administrativa: item g) eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial.

8. A Reforma Fiscal: item d) Colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante o período de dez anos: (1) a responsabilidade financeira poderia estabilizar-se, eventualmente, na divisão pelo estudantes e pela universidade do custo real do mesmo; (2) deve ser estabelecido um fundo assistencial de bolsas adicionais para compensar o desaparecimento de uma educação superior gratuita”.²⁰

Por fim o Movimento Estudantil não foi atendido em nenhuma de suas reivindicações. O Governo Militar, se valendo do seu poder centralizado, manteve-se por muito tempo distante das mesas de negociação. Os protestos se multiplicaram. Em fins de 66 os estudantes massificaram sua luta atacando cinco pontos da política governamental: os acordos MEC-USAID, o relatório Acton, a Lei Suplicy, a repressão contra os ativistas de esquerda e o Ato Institucional nº. 2. Somente quando o Professor Moniz de Aragão, então reitor da UFRJ, assumiu o Ministério da Educação, houve uma tentativa de acordo entre as partes. O Ministro aceitou conversar sobre todos os pontos das reivindicações menos o AI-2, pois era política de governo, fora da área da educação e quanto aos presos, só se falaria dos estudantes.

A partir do contato entre estudantes e governo foram criadas comissões de negociações, que funcionariam para buscar o consenso entre a política do Estado e o projeto dos estudantes. O fracasso dessas comissões era algo anunciado, os projetos eram inconciliáveis. As manifestações de descontentamento dos estudantes continuaram, mesmo durante as negociações, e a repressão também. Com efeito, o desacordo das ruas era transplantado para as comissões de negociação e logo o governo decidiu acabar com tais comissões. Isso acontecera em 1967 na gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação.²¹

O anunciado fracasso das comissões tinha uma motivação secreta, o governo Costa e Silva preparava uma proposta de lei mais tarde conhecida como 5540/68 que reformava a estrutura universitária.

Não cabe neste espaço reduzido discutir a orientação ideológica dos dois grupos do exército brasileiro que estiveram à frente dos governos militares, mas cabe afirmar, que diferentemente de Castelo Branco, Costa e Silva adotava uma linha mais nacionalista e por isso o seu governo não seguiu todas as orientações dos relatórios Acton e Meira Matos²².

Algo de importante para os dois relatórios antes mencionados, mas que não constou dos textos legais, foi a possibilidade de a nomeação de reitores e diretores de unidade recair em

pessoas alheias ao corpo docente universitário. A legislação teve, portanto, a precaução de evitar o agravamento dos problemas de autonomia administrativa do ensino superior.²³

Mesmo seguindo uma linha menos ofensiva aos interesses estudantis, o governo militar não conseguiu aplacar o espírito crítico do movimento. 1968 e 1969, anos em que foram promulgadas as leis que regulavam o ensino superior, foram marcados pelas intensas manifestações dos estudantes por liberdade e contra a reforma universitária. Uma vez mais o aspecto sindical contribuiu à organização da luta estudantil contra a ditadura militar.

As conseqüências da reforma universitária de 1968 são sentidas até hoje na universidade. A nomeação de reitores pelo MEC, a divisão em departamentos, o sistema de créditos para as disciplinas foram mudanças impostas por aquela lei e que permanecem como herança da política militar.

Mas a conseqüência mais visível da lei 5540/68 foi o processo de crescimento do setor privado da educação superior. A lei abriu as possibilidades esperadas por empresários educacionais para investir em um setor da educação que era quase exclusivamente estatal.

Na década de 1960 somente 20% das instituições de ensino superior no Brasil eram privadas, com destaque para as instituições confessionais. Hoje o país tem hoje 1208 instituições privadas de ensino superior, entre universidades e faculdades isoladas, segundo a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP)²⁴ que abrigam 70% dos estudantes de ensino superior no Brasil, enquanto, segundo dados do Ministério da Educação e do INEP, são 42 universidades federais, 6 instituições isoladas e 5 centros de ensino tecnológico, também federais, espalhados pelo país, somados a importante contribuição das universidades estaduais, entre as quais citamos como exemplos a USP, a UNICAMP e a UERJ, e municipais que compõem o sistema público de ensino superior.

Poucas pessoas analisaram este processo de privatização da educação superior no Brasil pelo viés histórico, as abordagens são normalmente sociológicas ou antropológicas. Esta mudança de referencial de universidade trouxe conseqüências para o setor da pesquisa e da extensão universitária e não pode ser negligenciada pelos historiadores sob o preconceito de ser história da educação.

As análises mais esclarecedoras sobre este processo são da historiadora Francis Mary Guimarães Nogueira²⁵, que analisa o processo como parte da interferência internacional sobre a educação brasileira, através dos diversos acordos internacionais de cooperação financeira e empréstimos, e da filósofa Marilena Chauí²⁶, que analisa as conseqüências deste processo na universidade pública atual.

O Movimento Estudantil da década de 1960 com suas contradições e divergências abriu uma frente de enfrentamento em favor da instituição universitária brasileira, que, apesar de não ter sido vitoriosa, apontou propostas que precisam ser reanalisadas e repensadas sob o olhar histórico. Com efeito, algumas das bandeiras levantadas pelo M.E. daquela época ainda são reivindicações atuais e precisam ser enquadradas historicamente.

1 - VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. São Paulo: Circulo do Livro, 1988

2 - GABEIRA, Fernando. *O que isto companheiro?* 34ª edição. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1988.

3 - Minissérie de televisão exibida pela Rede Globo em 1992, cuja história se desenrolava a partir de um grupo de jovens estudantes que participaram da luta contra a ditadura.

-
- 4 - “A discussão dessa reforma acabou sendo retomada pelo governo, nos moldes que lhe interessavam, ou seja, na perspectiva necessária para a nova fase de acumulação capitalista que se abria no país”. PELEGRINI, Sandra de Cássia de Araújo. *A UNE no anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997. p. 142
- 5 - DREIFUSS, René Armand 1964: *A conquista do Estado*. 3ª edição. (Tradução: Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG; coordenação: Else Ribeiro Pires Vieira) Petrópolis: Vozes, 1981
- 6 - Idem, p. 156
- 7 - **Suplici acha que o convênio MEC-USAID vai reformar universidade brasileira**, *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1965, p. 15
- 8 - Relatório do Seminário da UNE sobre infiltração imperialista no ensino brasileiro *in* PELEGRINI, Sandra de Cássia de Araújo. *A UNE no anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 119
- 9 - **Suplici acha que o convênio MEC-USAID vai reformar universidade brasileira**, *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1965, p. 15
- 10 - PELEGRINI, Sandra *A UNE nos anos 60 – utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 1998, p. 109
- 11 - **Anuidades separam os estudantes e Governo**, *Jornal do Brasil*, 01 de julho de 1966, p.7
- 12 - Idem.
- 13 - **Últimos 300 estudantes de Direito pagam anuidades sob protesto contra o Governo**, *Jornal do Brasil*, 01 de setembro de 1966, pp. 1 e 11
- 14 - *Caderno Especial*, publicado no *Jornal do Brasil*, 06 de novembro de 1966.
- 27 - Idem.
- 16 - “Isto e o enunciado do Plano Atcon mostram que as anuidades serão objeto de uma escalada, até que se divida eqüitativamente o preço do custo de um universitário entre ele próprio e a Instituição”. *Caderno Especial*, publicado no *Jornal do Brasil*, 06 de novembro de 1966.
- 17 - *Caderno Especial*, publicado no *Jornal do Brasil*, 06 de novembro de 1966.
- 18 - PELEGRINI, Sandra *A UNE nos anos 60 – utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 1998, p. 114
- 19 - *Relatório Acton in Caderno Especial*, publicado no *Jornal do Brasil*, 06 de novembro de 1966.
- 20 - *Relatório Acton in Antônio Noronha Filho e Pedro Meira, Caderno Especial*, publicado no *Jornal do Brasil*, 06 de novembro de 1966.
- 21 - ver: FÁVERO, Ma. de Lourdes *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- 22 - Militar que compôs a comissão definida pelos acordos MEC-USAID para avaliar a estrutura da educação brasileira e apresentar propostas. Ao final das avaliações ele apresentou o relatório na mesma linha do seu companheiro americano, o professor Acton.
- 23 - ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação na Brasil*. 27ª edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002. p. 229
- 24 Dados retirados do portal da internet da Associação Nacional de Universidades Privadas, no dia 03 de fevereiro de 2005. www.anup.org.br
- 25 NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. *Ajuda Externa para a educação brasileira – Da USAID ao Banco Mundial*. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999.
- 26 - CHAUÏ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001